



Ata da 19ª (décima nona) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 2 (dois) de Junho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.

Às 17 (dezesete) horas do dia 2 (dois) de junho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente do Vereador Professor Deza Soares e secretariados pela Vereadora Professora Ana Maria. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Nonato; Tia Janne; Valmir Brasil e Zé de Zuza. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que foi previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovada pelos Parlamentares presentes no Plenário.

EXPEDIENTE: Item 1: Ofício nº 013/2025, da Secretaria Municipal de Governo, em resposta ao Requerimento nº 70/2025, de autoria da Vereadora Ana Maria, que solicita que todos os servidores do Município que necessitem ir até uma agência bancária, possam apresentar uma declaração para que esse dia do trabalho não seja descontado dos respectivos vencimentos; Item 2: Ofício nº 014/2025, da Secretaria Municipal de Governo, em resposta ao Requerimento nº 56/2025, de autoria da Vereadora Professora Ana Maria, que solicita um ponto de apoio a saúde no Sítio Córrego; Item 3: Ofício nº 015/2025, da Secretaria Municipal de Governo, em resposta ao Requerimento nº 71/2025, de autoria do Vereador Professor Deza Soares, que solicita que seja encaminhado um Projeto de Lei com o intuito de instituir o "programa IPTU verde"; Item 4: Ofício nº 05.08.001/2025, da Secretaria de Administração e Finanças, encaminhando a documentação da Prestação de Contas de todas as Secretarias Municipais, referente ao mês de Abril de 2025 e Item 5: Ofício nº 261/2025, da Secretaria Municipal de Educação, em reposta ao Ofício nº 067/2025/GP. Em uma questão de ordem, o Vereador Júnior do Povo registrou que a resposta ao seu requerimento não lhe causa estranheza e que, caso a situação não tivesse sido trazida à Casa, o caso seria "escondido". Nessa linha, teceu críticas à gestão da Secretaria de Educação, relatando que o profissional em questão agora atua como professor concursado, atualmente em exercício fora do Estado do Ceará, e permaneceu registrado como ativo no município de Altaneira sem que houvesse substituto imediato. Segundo o parlamentar, o próprio Secretário de Educação teria afirmado que não havia outro profissional disponível para assumir a função, o que comprometeu o funcionamento da rede municipal. O vereador questionou a ausência de justificativas por parte da Secretaria e destacou a necessidade de transparência quanto ao registro de ponto do referido servidor. Sugeriu o envio, por parte da escola ou da Secretaria, dos registros de frequência e planos de aula à Câmara Municipal, a fim de esclarecer a situação e criticou a demora na formalização do pedido de licença e questionou a publicação retroativa da portaria no portal oficial. Pela ordem, novamente o Vereador Paulo Robson manifestou-se sobre o uso recorrente da "questão de ordem" para comentar ofícios, classificando tal prática como desnecessária, uma vez que a leitura dos documentos segue o rito normal da Casa. Reconheceu a boa intenção da Presidência ao conceder a palavra, mas alertou que, se a cada ofício for aberto espaço para esse tipo de manifestação, haverá prejuízo à otimização do tempo destinado à discussão das matérias em pauta. Ressaltou ainda que a Secretaria de Educação respondeu de forma satisfatória ao requerimento apresentado, e sugeriu que o tempo da sessão seja melhor aproveitado com debates mais objetivos e pertinentes. Diante disso, o Presidente Professor Deza Soares afirmou já ter se conscientizado que as questões de "pela ordem" e "questão de ordem" não seriam entendidas no Plenário. Esclareceu que, embora a concessão de tempo seja prevista para a "questão de ordem" — com direito a até cinco minutos —, tem permitido manifestações sob a



forma de “pela ordem” como uma concessão, ainda que não se tratem efetivamente de questões regimentais. Destacou que, quando os ofícios são endereçados diretamente a vereadores, não vê problema em conceder até três minutos para pronunciamentos, desde que se preserve o bom andamento da sessão. Ressaltou, ainda, que os parlamentares poderiam optar por utilizar o Tema Livre para eventuais respostas, reforçando o compromisso da presidência com a condução democrática dos trabalhos. **REGISTROS DA PRESIDÊNCIA:** O Presidente Professor Deza Soares, após saudações aos presentes e aos ouvintes, iniciou seus registros parabenizando os geógrafos pelo seu dia, celebrado em 29 (vinte e nove) de maio, destacando a importância desses profissionais para o entendimento do espaço geográfico e para o planejamento e desenvolvimento sustentável. Em seguida, informou a antecipação do 13º (décimo terceiro) salário a vereadores e servidores da Câmara, considerando a medida um bom exemplo a ser seguido por outras instâncias do Legislativo e Executivo regional. Registrou também a realização da audiência pública promovida pela Comissão Permanente da Câmara, presidida pelo vereador Paulo Robson, com a participação dos membros da mesa diretora e dos demais parlamentares. Considerou a audiência produtiva e informativa, embora tenha lamentado a necessidade de sua ausência parcial — bem como a de outros vereadores — devido a compromissos previamente agendados, o que impossibilitou a realização de questionamentos aos secretários presentes. Relembrou ainda que, na ocasião, apresentou propostas de emendas à LDO, que serão formalizadas junto à comissão competente. Destacou também o Dia da Imprensa, celebrado em 1º (primeiro) de junho, ressaltando o papel essencial da imprensa na sociedade da informação e na defesa da democracia. Parabenizou os profissionais da imprensa comprometidos com a verdade e repudiou práticas sensacionalistas e a disseminação de fake news. Por fim, destacou a celebração da Semana do Meio Ambiente, ressaltando a necessidade de preservação ambiental e anunciando que, em alinhamento com o Secretário Municipal de Meio Ambiente, Ricardo Rufino, realizará uma palestra sobre o meio ambiente na Escola Santa Tereza, nessa quinta-feira, dia 5 (cinco), informando ainda que também acontecerá uma palestra sobre o tema na Escola 18 de Dezembro. **TEMA LIVRE:** A Vereadora Professora Ana Maria agradeceu à gestão municipal pelo envio das respostas aos requerimentos de sua autoria, mas expressou discordância quanto ao conteúdo das respostas recebidas. Em relação ao Requerimento nº 056/2025, que solicitava a instalação de um ponto de apoio à saúde no Sítio Coité, criticou o posicionamento da gestão, que considerou a proposta inviável devido a supostas controvérsias quanto aos limites territoriais entre os municípios de Altaneira e Assaré. A vereadora manifestou tristeza com a justificativa apresentada, afirmando que os moradores daquela comunidade são atendidos pelos serviços de saúde de Altaneira, inclusive retirando medicamentos na cidade, e que muitos se consideram parte do município. Ressaltou que a solicitação partiu da própria comunidade, que buscava apenas um atendimento básico, que poderia ter como ponto de apoio uma residência adaptada ou a própria associação comunitária, por meio de médico vinculado ao plano municipal de saúde. Reforçou que, embora durante as campanhas políticas se diga ao povo que “pode contar conosco”, quando há necessidade concreta, a resposta tem sido negativa. Em seguida, comentou a resposta ao Requerimento nº 070/2025, no qual solicitava que servidores públicos pudessem justificar ausência para resolver questões bancárias mediante apresentação de comprovante de atendimento. Relatou que o pedido foi negado pela gestão, sob o argumento de que tal prática contraria os interesses da administração pública. No entanto, a vereadora observou que existe previsão legal para a autorização de saídas em casos de necessidade, e questionou o motivo de haver descontos salariais quando o servidor apresenta um comprovante que não seja atestado médico. Citou a dificuldade enfrentada pelos servidores após o fechamento da agência do Bradesco no município, e destacou que muitos funcionários precisam resolver questões bancárias que demandam tempo e não têm hora certa para conclusão. Por fim, reiterou que pessoas responsáveis não se ausentam do trabalho sem motivo justo, e que seria necessário maior sensibilidade por parte da gestão diante dessas situações. Em seguida, o Presidente realizou a leitura de um ofício do Tribunal



de Contas do Estado do Ceará, que tratava-se de um convite para a cerimônia de adesão do Pacto Cearense pela Primeira Infância, a ser realizado no dia 24 (vinte e quatro) de junho, às 8 (oito) horas, no Centro de Eventos do Cariri, localizado no município do Crato. A Vereadora Tia Janne destacou a relevância da audiência pública realizada na última sexta-feira, classificando o evento como um sucesso por possibilitar a participação direta da sociedade em debates sobre temas de interesse público, especialmente no âmbito das ações do poder público. Enfatizou que a presença da comunidade foi de grande importância, permitindo a discussão de propostas voltadas para a melhoria do município. Parabenizou também o grupo de Capoeira Arte e Tradição, de Altaneira, pela apresentação realizada no último domingo na cidade de Barbalha, classificando-a como belíssima. Ressaltou o apoio da gestão municipal e do Secretário de Cultura, e prestou homenagem especial ao Mestre Edwilson, destacando seu talento e contribuição para a valorização da cultura altaneirense. O Vereador Paulo Robson iniciou seus registros destacando visitas realizadas às obras em andamento no município, acompanhado pela Prefeita e equipe de engenharia. Ressaltou o avanço da obra da Unidade Básica de Saúde da comunidade da Taboquinha, que se encontra em fase final de execução, com ajustes solicitados pela gestão municipal. Citou ainda o anúncio de outras obras pela prefeita, como a construção do hospital, creche, centro infantil, Areinha e reforma da praça central. Informou outras visitas para atendimento de requerimentos dos vereadores, como na creche municipal, juntamente com o Vereador Zé de Zuza, para acompanhar o atendimento ao requerimento sobre abertura de ventilação e visita à Escola 18 de Dezembro, onde, em atendimento a requerimento da Vereadora Professora Ana Maria, foi verificada a situação da piscina. Acompanhado pela equipe de engenharia e pelo Secretário de Educação, foi confirmado que o laudo técnico será emitido ainda nesta semana. Também enalteceu a apresentação cultural do grupo de Capoeira Arte e Tradição sob coordenação do Mestre Edwilson, realizada durante o cortejo cultural na cidade de Barbalha, com apoio do Governo Municipal, em especial da Secretaria de Cultura, representada pelo Secretário Clécio, e da Prefeita municipal. Registrou e saudou as quatro equipes semifinalistas da Copa Santo Antônio da comunidade Serra do Valério, cujas partidas ocorrerão no próximo final de semana, e desejou sucesso às equipes altaneirenses que participam da Copa Santo Amaro, no distrito de Amaro – Assaré, destacando a importância da disputa. Por fim, informou decisão judicial proferida pela Comarca de Nova Olinda, referente à segunda Ação de Investigação Judicial Eleitoral movida contra a Prefeita Késia e o vice-Prefeito Jackson. Registrou que a sentença declarou a improcedência da ação, que alegava suposta compra de votos e abuso de poder econômico nas eleições. Informou que o magistrado entendeu que os elementos apresentados não possuíam autonomia probatória suficiente para configurar os ilícitos eleitorais, destacando: ilicitude das gravações utilizadas como prova; ausência de autenticidade dos áudios, vídeos e capturas de tela; litispendência com ação anterior e inepta parcial da petição inicial por falta de fatos concretos. O vereador ressaltou que tanto o Ministério Público quanto o Juiz reconheceram a ausência de provas robustas para justificar cassação de mandatos eletivos e enalteceu o trabalho da equipe jurídica da Prefeita, coordenada pelo advogado Raimundo Soares Filho. Lamentou, por fim, que pessoas em situação de vulnerabilidade tenham sido levadas a prestar depoimentos considerados falsos, e criticou a disseminação de informações enganosas que alimentam expectativas infundadas na população quanto à cassação dos mandatos. O Vereador Professor Nonato registrou os festejos em homenagem a Santo Antônio, padroeiro da Serra do Valério, que ocorrerão de 4 (quatro) a 13 (treze) de junho. Destacou o carinho e o respeito que tem pela comunidade, bem como a ressaltou a importância histórica e cultural da festividade para o município de Altaneira. Informou que o hasteamento do Pau da Bandeira ocorrerá no dia 4 (quatro), às 17 (dezessete) horas e o leilão será realizado no dia 7 (sete). Acrescentou que vereadores desta Casa serão homenageados, e frisou a responsabilidade de divulgar e contribuir com o evento para seu fortalecimento anual. Parabenizou a Comissão Permanente da Casa Legislativa pela condução dos trabalhos na audiência pública sobre a LDO, realizada na última sexta-feira, sob a presidência do Vereador Paulo Robson, destacando o



bom andamento da atividade e a participação de vereadores e população em geral. O vereador também fez menção à visita do Vereador Paulo Robson à obra do novo posto de saúde da comunidade da Taboquinha. Ressaltou que a referida obra decorre do Requerimento nº 06/2023, de sua autoria, aprovado por unanimidade na Casa, no qual solicitava que o prédio da antiga escola da Taboquinha fosse adaptado para funcionar como unidade de saúde. Agradeceu ao ex-Prefeito Dariomar Rodrigues por iniciar a obra antes do término de sua gestão e parabenizou a Prefeita Ana Kézia pela continuidade e conclusão dos serviços, reforçando a importância da parceria entre gestões na efetivação de políticas públicas. Também lembrou que, durante sua legislatura anterior, foram conquistadas duas importantes obras na comunidade da Taboquinha: a reforma do posto de saúde e o calçamento em frente à quadra da localidade, este último também objeto de requerimento de sua autoria. Encerrou reafirmando que o trabalho do vereador vai além das sessões e requerimentos, abrangendo ações diretas em benefício da população, e reiterou sua honra em contribuir com melhorias para as comunidades rurais do município de Altaneira. O Vereador Zé de Zuza parabenizou o Vereador Professor Nonato pela iniciativa do requerimento que resultou na construção do novo posto de saúde da comunidade da Taboquinha, e também parabenizou a Prefeita Ana Kézia pela continuidade da obra, inicialmente iniciada pela gestão anterior, destacando a importância de dar seguimento a projetos iniciados, independentemente da autoria. Ressaltou que, se a gestão anterior tivesse adotado tal postura, obras relevantes como o estádio de futebol, a quadra esportiva da Taboquinha e o centro esportivo do município já estariam concluídas. O parlamentar registrou sua participação na tradicional Missa da Colheita realizada no município de Assaré, em homenagem aos agricultores. Destacou a expressiva participação popular, a organização do evento e a importância da celebração para o fortalecimento das comunidades rurais e do reconhecimento do trabalho dos agricultores. Agradeceu à gestão municipal pelo atendimento ao requerimento de sua autoria relacionado à Creche Ciranda do Saber, que trata da abertura de saídas de emergência e melhorias na ventilação do prédio. Além disso, mencionou o atendimento a outra solicitação sua, feita durante audiência pública anterior, referente à liberação do acesso ao anel viário, com o objetivo de reduzir o tráfego de veículos pesados na área urbana, especialmente nos horários de entrada e saída das escolas. Disse ter sido surpreendido positivamente pela resposta da Prefeita, que afirmou que o trecho já estava em fase de liberação e que também havia sido solicitado o asfaltamento da via. Ademais, registrou sua participação na audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), destacando o excelente trabalho do Vereador Paulo Robson na condução dos trabalhos. Em aparte, o Vereador Paulo Robson agradeceu as palavras elogiosas recebidas em virtude da condução da audiência pública da LDO, reforçando que o êxito do evento foi resultado de um trabalho coletivo da Comissão Permanente, do Governo Municipal, da Presidência da Casa e os demais servidores, em especial a equipe de assessoria legislativa, que se empenhou na organização e execução do evento. Agradeceu ao Presidente da Câmara pelo apoio incondicional e por viabilizar toda a estrutura necessária. Aproveitou o momento para informar que, na próxima sexta-feira, dia 6 (seis), às 9 (nove) horas, será realizada uma nova audiência pública, desta vez solicitada pela Secretaria de Comunicação Social, para tratar da reabertura da Rádio Altaneira FM e da situação da associação mantenedora, a ABA, convidando a população de Altaneira a participar do evento. Esclareceu ainda que ficou acordado entre os membros da Comissão Permanente que todas as futuras audiências públicas solicitadas à Casa ocorrerão preferencialmente nas sextas-feiras, às 9 (nove) horas, coincidindo com o horário habitual das reuniões da comissão, esclarecendo que essa definição tem o objetivo de otimizar o tempo e garantir a participação dos membros, sem comprometer o andamento dos trabalhos legislativos. Informou também que, para evitar atrasos na tramitação das matérias legislativas, ficou definido que o vereador Júnior do Povo, Relator da Comissão, nessa condição, deverá comparecer à Câmara durante a semana para analisar e emitir os pareceres necessários, ressaltando que essa medida visa garantir a continuidade eficiente dos trabalhos da comissão, mesmo diante do anúncio, por parte do relator, de que apresentará carta de



renúncia à função — o que, até o momento, ainda não foi formalizado. De volta com a fala, o Vereador Zé de Zuza comentou a fala da Vereadora Professora Ana Maria sobre a perda de parte do território de Altaneira para Assaré, destacando que já havia tratado do assunto anteriormente com o secretário municipal. Lamentou que comunidades como a Taboquinha, embora vinculadas historicamente a Altaneira, deixaram de receber investimentos por constarem oficialmente no território de Assaré. Acerca da justificativa da gestão de que não pode atender essas localidades por questões legais, ressaltou que a comunidade precisa ser assistida. Reforçou que, em sua experiência, apenas a manutenção de estradas foi realizada pelo município de Assaré e solicitou o apoio dos demais vereadores para buscar soluções que possibilitem a reintegração dessas áreas ao território de Altaneira. O Vereador Júnior do Povo prestou solidariedade à família de Antônio Neco, pelo seu falecimento, desejando conforto à família. Parabenizou os colegas pela audiência pública, mas lamentou a baixa participação popular, criticando a presença quase exclusiva de pessoas ligadas à gestão e fazendo uma autocrítica à população por não acompanhar de perto o uso dos recursos públicos. Convidou a todos para os festejos de Santo Antônio, na comunidade da Serra do Valério, que terão início em 4 (quatro) de junho, destacando a acolhida da comunidade, elogiando as organizadoras Nalva, Dona Rosa e equipe. Reiterou o pedido ao Secretário de Infraestrutura para que atenda com mais atenção os problemas de calçamento e limpeza nas comunidades rurais da cidade, apontando mato e lixo acumulados. Lembrou que, embora uma empresa execute os serviços, a responsabilidade é da gestão municipal, na pessoa do Secretário Municipal de Infraestrutura — ainda que, de acordo com o nobre, o chefe da pasta tenha afirmado, em resposta a ofício da Casa encaminhando requerimento, “que não é competência dele” — que deve fiscalizar e garantir a qualidade, pois os recursos são públicos. Sugeriu a criação de equipes de manutenção permanentes em cada localidade, para evitar atrasos nos serviços. Registrou que o governo federal, sob a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, investiu cerca de R\$ 12,7 milhões no município, por meio de programas como Bolsa Família, Auxílio Gás, BPC e construção de creche, parabenizando o ex-Prefeito Dariomar Rodrigues por captar recursos federais. Parabenizou o Professor Nonato pela iniciativa de propor a reforma da antiga creche no Sítio Taboquinha para transformá-la em um posto de saúde, ação atendida pelo ex-Prefeito. Elogiou a atual Prefeita pela continuidade da obra, destacando que é uma obrigação da gestão dar seguimento a iniciativas importantes para a comunidade. Finalmente, informou que continuará emitindo pareceres dos projetos de lei que estavam sob responsabilidade da comissão permanente até o fim de seu mandato como relator, mesmo após o “encerramento” da comissão, por entender como um dever de responsabilidade. Anunciou que solicitará oficialmente o desligamento da função, com ciência de seu partido, após concluir todos os pareceres pendentes. Em aparte, o Vereador Professor Nonato mencionou que, pela segunda ou terceira vez, o vereador Júnior do Povo apresenta requerimento verbal solicitando a limpeza do calçamento que dá acesso à comunidade do Tabuleiro. Ressaltou que a cobrança não é pessoal, mas uma demanda legítima da população. Parabenizou o ex-vereador Ariovaldo Soares e a Prefeita Ana Késia pela escolha da empresa SG Empreendimentos, responsável pela limpeza urbana, reconhecendo a qualidade dos serviços prestados no perímetro urbano durante a gestão anterior e atual. Contudo, apontou que o mesmo padrão de qualidade não tem sido mantido nos sítios e questionou quais condições e estrutura de trabalho a Secretaria de Infraestrutura tem oferecido à empresa para atender às áreas rurais. Observou que o número de funcionários envolvidos na limpeza atualmente é visivelmente inferior ao período anterior, o que compromete a produtividade e a abrangência dos serviços. Defendeu que a gestão municipal contrate mais trabalhadores para ampliar a oferta de emprego, movimentar a economia local e garantir a qualidade dos serviços prestados à população. Por fim, destacou que a responsabilidade de atender com eficiência não deve recair continuamente sobre os vereadores, mas ser prontamente assumida pelo secretário responsável. De volta com a fala, o Vereador Júnior do Povo criticou o abandono da cidade, destacando o mato alto em várias áreas, e mencionou o fechamento abrupto da agência do



Bradesco da cidade, informando que será tema de seu próximo requerimento. Retomando ao assunto de limpeza da cidade, ressaltou que sua crítica não é por buscar defeitos, mas que, apesar da Prefeita se declarar perfeccionista, a limpeza do município está deficiente. Por fim, afirmou que a responsabilidade não é da empresa contratada, mas da Prefeitura, que deve aumentar o número de trabalhadores para melhorar o serviço. O Vereador Valmir Brasil usou seu tempo regimental para agradecer o convite para participar dos festejos de Santo Valério, destacando que sempre participa dos eventos quando é convidado. Comentou sobre denúncias contra a Prefeita Ana Késia, mencionando, inclusive, que recebeu ligações de pessoas afirmando que a mesma seria cassada. Ressaltou, porém, que sempre acreditou na dificuldade de tal medida prosperar. Parabenizou a assessoria jurídica da Prefeita pela defesa apresentada, que resultou no arquivamento do processo pelo Ministério Público. Agradeceu também à Comissão Permanente pela organização da audiência pública, oportunizando o diálogo com a população e garantindo transparência e registro dos acontecimentos no município. Elogiou também o trabalho do atual Secretário Municipal de Infraestrutura, afirmando que este tem atendido às reivindicações dos vereadores e da população de forma ágil e transparente. Finalizou manifestando confiança na gestão da Prefeita Ana Késia, dizendo acreditar que ela realizará uma das melhores administrações da história de Altaneira, citando, inclusive, obras anunciadas por ela na última Audiência Pública realizada, assim como alguns oradores que lhe antecederam. O Vereador Paulo Geaneo iniciou sua fala cumprimentando os profissionais de imprensa pela passagem do seu dia. Parabenizou o Vereador Professor Nonato pelo requerimento relacionado ao posto de saúde da comunidade da Taboquinha, destacando que a obra, iniciada na gestão do ex-Prefeito Dariomar e atualmente continuada pela Prefeita Ana Késia, representa uma conquista importante para a população local. Também elogiou o trabalho da Comissão Permanente e o sucesso da audiência pública realizada, agradecendo a presença da população e as contribuições feitas durante o evento. Ao final, convidou a comunidade a participar dos festejos de Santo Valério e informou que, na próxima semana, apresentará requerimento solicitando a compra de um terreno para a expansão do cemitério do município, justificando a iniciativa afirmando que atualmente o local encontra-se com sua capacidade esgotada, obrigando familiares a solicitarem espaço a terceiros para sepultar entes queridos. O Vereador Professor Nonato, em seu tempo de liderança, afirmou que não é possível manter a cidade limpa com a redução do número de funcionários. Destacou a competência da empresa SG Empreendimentos durante os quatro anos de atuação na gestão anterior, ressaltando que a qualidade do serviço prestado dependia da quantidade de profissionais disponíveis. Acrescentou que, nas áreas urbanas centrais, como a rua da Câmara, a limpeza está satisfatória, mas os sítios estão em situação precária devido à equipe reduzida. Defendeu a contratação emergencial de funcionários, especialmente após o período de chuvas, para garantir a limpeza adequada do município. O parlamentar também relatou novas reclamações sobre o transporte de pacientes da saúde. Mencionou que um grupo de idosos submetido à cirurgia de catarata foi deixado no sol, no calçadão do município, e teve que se deslocar até o hospital por conta própria, contrariando recomendações médicas de evitar poeira, sol e esforço físico. Em seguida, destacou sua atuação em busca de melhorias para as comunidades rurais relatando que, no ano de 2021 (dois mil e vinte e um), ainda no início do seu mandato, esteve por cinco vezes na cidade de Fortaleza com o objetivo de obter documentos relacionados à reforma da quadra da comunidade de Taboquinha. Afirmou ainda que durante os quatro anos seguintes, não parou de lutar pelo avanço da obra. Na mesma linha, lembrou que atuou diretamente para garantir a reforma da quadra da comunidade do Córrego, e que também apresentou requerimento sobre o calçamento da Taboquinha. Ressaltou que sua atuação tem se pautado pela cobrança constante de melhorias e pelo acompanhamento dos projetos em andamento. Finalizou informando que recebeu denúncias de desvios de função em relação ao processo seletivo realizado no município, onde cidadãos alegam que os aprovados no processo não estariam sendo convocados, enquanto pessoas nomeadas em cargos comissionados estariam. Informou que apresentará requerimento sobre a



situação e que acompanhará o caso. O Vereador Professor Deza Soares destacou a importância da audiência pública realizada pela Comissão Permanente, parabenizando o Presidente da Comissão, Vereador Paulo Robson, e os demais membros, bem como todos os parlamentares, secretários municipais e a Prefeita Ana Késia, que contribuíram para o êxito do evento. Ressaltou que, devido a compromissos externos, não pôde acompanhar todas as exposições dos secretários, especialmente a do Secretário de Educação, o que impossibilitou o registro de questionamentos mais aprofundados. Referindo-se à fala do Secretário de Educação, mencionou que o mesmo abordou temas como o reajuste salarial e a valorização dos profissionais da área. O vereador ressaltou a importância desses pontos, mas enfatizou que ainda recebe denúncias de servidores alegando receber abaixo do devido, inclusive trabalhando em carga horária superior à prevista, o que demanda correção urgente. Abordou também a necessidade de esclarecimentos sobre a educação em tempo integral e a efetivação de compromissos assumidos pela gestão. Comentou que também recebeu denúncias relacionadas à possível prática de "fura-fila" em processos seletivos, alinhando-se à preocupação já expressa pelo Vereador Professor Nonato e destacou que, caso confirmadas, tais práticas são ilegais e devem ser rigorosamente apuradas e corrigidas. Em relação à limpeza pública, citou que, conforme o Vereador Júnior do Povo, o Secretário de Infraestrutura teria afirmado que não é de sua competência. Discordou da afirmação registrando que cabe sim à pasta assegurar a adequada prestação do serviço, uma vez que é o município que realiza o pagamento da empresa contratada. Registrou participação em evento, na tarde da última sexta-feira, em Barbalha, que contou com a participação do Ministro Camilo Santana, Governador Elmano, Deputados, Prefeitos e Presidentes de Câmara, onde foram anunciadas obras importantes para o Cariri, como a implantação do Hospital Universitário e do Hospital Veterinário da Universidade Federal do Cariri (UFCA), além de outras ações relevantes para o fortalecimento regional. Comentou ainda o recebimento de ofício do Poder Executivo, em resposta ao requerimento de sua autoria que solicitava o envio de projeto de lei para a criação do programa IPTU Verde. O Executivo informou que já existe previsão na Lei Municipal, e que será expedido decreto regulamentando os critérios para concessão do selo "IPTU Verde", com base na legislação ambiental vigente. O vereador destacou que, embora reconheça a disposição existente no código, considera essencial a criação de uma lei específica que trate do tema com maior clareza e abrangência. Por fim, ressaltou a importância da Semana do Meio Ambiente, incentivando a população a participar das atividades educativas programadas, em especial as palestras previstas para o dia 5 (cinco) de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente. **ORDEM DO DIA:** Item 1: Parecer nº 033/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 017/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe a criação do cargo de Chefe de Gabinete no âmbito do Poder Executivo Municipal e dá outras providências. Após a leitura do parecer contrário, o vereador relator externou que "é notório" que a referida propositura representa mais um acordo político da Prefeita Ana Késia e de sua equipe. Esclareceu que não se opõe à legalidade da medida e que poderia, inclusive, votar favoravelmente ao Projeto de Lei, caso todos os servidores que prestaram serviço no mês de dezembro já tivessem recebido seus devidos pagamentos. Ainda da defesa do relator, a vereadora Professora Ana Maria fez pedido de vista à matéria. A solicitação foi regimentalmente concedida pela Mesa Diretora. Item 2: Projeto de Indicação nº 007/2025, de autoria da Vereadora Professora Ana Maria, que autoriza o Chefe do Poder Executivo e Legislativo Municipal a conceder 01 (um) de folga aos servidores públicos do Município de Altaneira -CE, para tratar sobre assuntos pessoais nas agências bancárias sem o desconto nos respectivos vencimentos do servidor. Tendo a vereadora Tia Janne pedido vista à matéria na sessão anterior, a palavra foi concedida a ela, momento no qual a nobre afirmou não ter nada a acrescentar e que a matéria poderia ser posta em discussão. Realizando a defesa da matéria, a Vereadora Professora Ana Maria registrou que a solicitação em discussão, anteriormente negada pela gestão em forma de requerimento, agora retorna em forma de projeto de indicação, buscando regulamentar esse direito de forma mensal. Esclareceu que o servidor deverá comunicar previamente sua chefia imediata, de modo que a ausência não cause prejuízos ao



serviço público. Solicitou o apoio dos colegas vereadores, reforçando que a proposta é justa, organizada e benéfica tanto para os servidores quanto para o município. Na discussão da matéria, o Vereador Paulo Robson reconheceu o mérito e a boa intenção da Vereadora Professora Ana Maria ao apresentar a propositura. No entanto, relembrou que a matéria já havia sido discutida e deliberada na sessão anterior, quando foi aprovado requerimento semelhante, cuja resposta da gestão apontou a impossibilidade de implementação. Destacou que, embora compreenda a intenção da proposta, o interesse particular não pode se sobrepor ao interesse público, e que há questionamentos sobre a constitucionalidade da medida. Informou, ainda, que manteria o mesmo posicionamento contrário adotado na sessão anterior, considerando a inviabilidade da execução da proposta pelo Poder Executivo. O Vereador Professor Nonato parabenizou a Vereadora Professora Ana Maria pela humildade em reformular a matéria, e declarou que seguirá o mesmo caminho, alterando uma propositura de sua autoria para o formato de indicação, reconhecendo o vício de iniciativa existente. Afirmou que votaria favoravelmente ao projeto por entender que a análise de constitucionalidade é responsabilidade do Poder Executivo, não sendo sua função, enquanto legislador, impedir o trâmite de pedidos voltados ao funcionalismo público. Ressaltou que, mesmo que a Prefeita não atenda à solicitação, será ela a justificar sua decisão, não cabendo ao vereador impedir o envio da matéria. Destacou que o projeto trata apenas de um pedido para que os servidores possam, de forma organizada e sem prejuízo ao município, resolver pendências bancárias. O Vereador Júnior do Povo parabenizou a vereadora Professora Ana Maria pela iniciativa, destacando que a proposta não atende a interesses pessoais, visto que a autora não é servidora municipal, mas sim resultado de solicitações de funcionários públicos. Ressaltou os transtornos enfrentados por quem precisa se dirigir aos bancos, e as dificuldades enfrentadas por servidores que não têm familiaridade com tecnologias digitais. Defendeu a propositura mediante organização e sem prejuízo ao serviço público. Em aparte, o vereador Zé de Zuza questionou sobre como a situação era tratada na gestão anterior. Retomando a palavra, o Vereador Júnior afirmou que nunca enfrentou esse problema pessoalmente, mas reconhece que servidores com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, como professores e profissionais da saúde, não conseguem conciliar horários com o funcionamento dos bancos. Criticou a postura da gestão em negar esse tipo de solicitação, inclusive em casos de servidores em período de experiência, e afirmou que há situações mais graves de desrespeito ao serviço público que não recebem a devida atenção. Finalizou apelando para que os vereadores aprove o projeto de indicação e que a Prefeita, mesmo podendo não acatar a sugestão, dê uma resposta clara, enquanto o Legislativo cumpre seu papel de representar os anseios da população. Não havendo mais inscritos para discussão, a matéria foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo obtido o seguinte resultado: Vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo, Professor Nonato e Professora Ana Maria: votos favoráveis. Vereadores Paulo Robson, Tia Janne, Valmir Brasil e Zé de Zuza: Votos contrários. Diante do empate na votação da matéria, o Presidente Professor Deza Soares justificou seu voto reconhecendo a complexidade do tema quanto à viabilidade de atendimento por parte do Poder Executivo. Ressaltou que, sem critérios claros e eficientes, a concessão pode trazer prejuízos à administração pública. Contudo, considerou pertinente a sugestão do vereador Professor Nonato, no sentido de que, havendo possibilidade, o Executivo pode estabelecer critérios específicos para atender, em caráter excepcional, casos em que o servidor não consiga resolver suas demandas bancárias por meios digitais. Enfatizou que, caso o Executivo entenda pela impossibilidade de execução da indicação, deverá apresentar a devida justificativa. Desse modo, declarou voto favorável à matéria. Matéria aprovada pela maioria. Item 3: Projeto de Indicação nº 009/2025, de autoria da Vereadora Professora Ana Maria, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Executivo Municipal em distribuir anualmente kit escolar aos alunos da rede municipal de ensino e dá outras providências. Após a leitura da matéria, a autora da mesma destacou a relevância da proposição, especialmente para as famílias mais carentes do município. Relatou, com base em sua experiência como mãe, as dificuldades enfrentadas pelos pais no início do ano letivo, sobretudo aqueles com



mais de um filho. Reforçou que o objetivo da propositura é auxiliar essas famílias. Afirmou que caberá à gestão definir os critérios de distribuição, ressaltando, no entanto, que o essencial é garantir que os kits escolares de qualidade sejam entregues, especialmente aos alunos em situação de vulnerabilidade. Relatou conhecer casos de crianças que não frequentaram os primeiros dias de aula por falta de material escolar. Mencionou ainda a sugestão de composição diferenciada dos kits conforme o nível de ensino, respeitando as possibilidades orçamentárias do Executivo, presentes no corpo do projeto. O Vereador Paulo Robson, antes de declarar seu voto, afirmou que sempre pauta seus posicionamentos com base em suas convicções, independentemente de agradar ou desagradar grupos políticos. Reforçou que suas decisões são fundamentadas na legalidade e no interesse da população, e que jamais utiliza o Plenário para buscar benefícios pessoais ou promover disputas políticas. Esclareceu que vota favoravelmente a todas as matérias que estejam devidamente embasadas e que tragam benefícios concretos à população e aos servidores públicos. Acrescentou que, ao longo do atual mandato, tem mantido coerência na defesa dos servidores, citando como exemplo a atuação desta legislatura na regularização da situação de mais de 30 (trinta) servidores, convocados irregularmente pela gestão anterior. Destacou que, embora reconheça falhas de legislaturas passadas, considera importante a oportunidade de corrigir tais erros. Por fim, declarou voto favorável ao projeto de indicação, reconhecendo o mérito da proposta e mencionando que a própria Prefeita já havia anunciado a intenção de realizar a entrega de kits escolares completos, não apenas das blusas do fardamento. Enfatizou que sua decisão está alinhada ao interesse da comunidade estudantil, independentemente de a autoria da matéria ser de uma vereadora de oposição. A Vereadora Tia Janne declarou voto favorável ao projeto de indicação, porém, retomou à matéria anterior e destacou que jamais votaria em algo que entendesse como inconstitucional. Ressaltou que não teme julgamentos ou tentativas de expor sua imagem nas redes sociais, pois sempre se posiciona ao lado do servidor e da população, dentro dos limites da legalidade. Criticou a gestão anterior, questionando o uso de recursos públicos em aquisições consideradas desnecessárias, como a compra de violinos, ao invés de investir em áreas prioritárias como a educação. Em aparte, a Vereadora Professora Ana Maria manifestou que, por vezes, sente que seus projetos não são compreendidos. Reforçou que suas proposições são elaboradas com responsabilidade, considerando também os limites da gestão municipal. Esclareceu que o projeto discutido, referente à liberação de servidores para atendimento em agências bancárias, prevê que a administração crie critérios específicos para sua implementação, de forma organizada e sem prejuízos ao serviço público. Retomando a palavra, a Vereadora Tia Janne afirmou reconhecer a boa intenção da autora da matéria e que acredita que seu objetivo é beneficiar os servidores. Reiterou, contudo, a necessidade de cautela, ressaltando que, embora deseje melhorias, é preciso respeitar os limites legais e administrativos. Nesse momento, o Presidente esclareceu que o que está em discussão é o Projeto de Indicação nº 009/2025, e não o Projeto de Indicação nº 007/2025, sendo que este segundo já foi debatido e votado. Pediu que os parlamentares se atentassem à discussão da matéria em pauta no momento. Assim, a vereadora Tia Janne registrou, sobre os kits, “maravilha” e destacou a importância de ver os alunos das escolas municipais bem equipados e organizados, ressaltando que os kits representam uma oportunidade de valorização da educação. Declarou voto favorável à matéria e mencionou que, conforme já havia sido anunciado, a gestão municipal pretende promover essas melhorias para os estudantes. O Vereador Professor Nonato manifestou satisfação em votar e acompanhar mais uma vez projeto de indicação apresentado pela vereadora Professora Ana Maria. Destacou que a proposta visa transformar em lei a entrega dos kits escolares, de modo que futuras administrações tenham a obrigação de manter a iniciativa, independentemente de vontade política. Ressaltou que esse tipo de medida visa evitar erros anteriormente cometidos pela Casa Legislativa, reconhecendo que também cometeu equívocos no exercício do mandato, mas reafirmando sua coerência e fidelidade aos seus princípios. O parlamentar citou como exemplo sua abstenção em matérias como o projeto que tratava do 13º (décimo terceiro) salário antecipado, por



entender que sua aprovação poderia prejudicar o município. Afirmou manter o mesmo posicionamento e declarou voto favorável à matéria em discussão, por considerar que ela está de acordo com os interesses da população. Acrescentou que, apesar de estar afastado de suas funções como professor municipal, acompanhou a Semana Pedagógica e a fala da prefeita anunciando a entrega dos kits escolares, o que considerou uma atitude positiva. Esclareceu que está afastado de suas funções por motivo de licença para tratar de assuntos pessoais, porém a gestão municipal publicou a licença como sendo para atividade política, fato que, segundo o vereador, caracteriza perseguição política. Por fim, afirmou que continuará pautando seu mandato pela coerência e pelo compromisso com o interesse público, destacando sua atuação em votações importantes, como o aumento salarial dos professores e a criação do Plano de Cargos e Carreiras (PCC) na gestão anterior. Informou ainda que apresentará, na próxima sessão, requerimento tratando da precariedade da Guarda Municipal, afirmando que não o fez anteriormente porque na gestão anterior fazia solicitações diretamente à administração. O Vereador Zé de Zuza parabenizou a vereadora Professora Ana Maria pela iniciativa, destacando que jamais se posicionaria contra a matéria, tendo em vista já ter vivenciado a dificuldade de não dispor de recursos para aquisição de material escolar. O Vereador Paulo Geaneo também se manifestou favoravelmente à proposição, ressaltando que iniciativas semelhantes já são adotadas em outros municípios, citando como exemplos Assaré e Nova Olinda. Defendeu que Altaneira não deve ser diferente, considerando as desigualdades sociais enfrentadas pela população, especialmente por famílias que não têm condições de adquirir material escolar ou fardamento adequado para os filhos. O Vereador Júnior do Povo parabenizou a autora da proposta e declarou voto favorável. Lembrou que o orçamento aprovado para a área da educação é de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais), valor que, segundo o parlamentar, permite ao Município atender à solicitação. Enfatizou que a medida visa dar à população aquilo de que realmente necessita. O Presidente também felicitou a autora, ao mesmo tempo que reconheceu a importância da propositura. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 4: Projeto de Indicação nº 010/2025, de autoria da Vereadora Professora Ana Maria, que institui o curso complementar preparatório para vestibulares e Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), no município de Altaneira-CE, aos estudantes que cursam e/ou cursaram o Ensino Médio. Após a leitura da matéria, a autora da proposição manifestou que o objetivo da iniciativa é, mais uma vez, beneficiar a educação, com foco especial nos estudantes que enfrentam dificuldades para prosseguir os estudos após o ensino médio. Relatou que muitos jovens não se sentem preparados para prestar vestibulares e não dispõem de recursos para frequentar cursos preparatórios particulares, o que os leva, por vezes, a abandonar os estudos ou a buscar alternativas prejudiciais ao próprio futuro. Acrescentou que o projeto de indicação foi construído com o apoio de colaboradores e visa incentivar os jovens a continuar estudando, oferecendo novas oportunidades para que possam ingressar no ensino superior ou obter aprovação em concursos públicos. Declarou ainda que a proposta também poderá beneficiar aqueles que não concluíram o ensino médio, já que, mediante a obtenção de nota igual ou superior a 400 (quatrocentos) pontos no exame – corrigido pelo Presidente para 450 (quatrocentos e cinquenta) pontos –, será possível obter a certificação de conclusão. Por fim, afirmou compreender as dificuldades enfrentadas por jovens sem condições financeiras para pagar cursos, uma vez que também vivenciou essa realidade. Durante a discussão da matéria, o Vereador Júnior do Povo parabenizou a autora pela iniciativa e sugeriu que a proposta também seja considerada no âmbito da Câmara Municipal de Altaneira. Mencionou que o Legislativo do município do Crato já oferece cursinhos preparatórios para o ENEM e vestibulares, e defendeu que, havendo orçamento e meios legais, a Câmara de Altaneira possa viabilizar algo semelhante, visto que é a “Casa do Povo” e deve promover ações de grande relevância social. Ressaltou ainda articulações em andamento com faculdades interessadas em oferecer vestibulares sociais gratuitos para alunos do 2º (segundo) e 3º (terceiro) ano do ensino médio da Escola Estadual Santa Tereza.



Solicitou o apoio dos demais vereadores para fortalecer a proposta e facilitar o acesso desses estudantes ao ensino superior. O vereador reiterou seu apoio à implantação de cursinhos preparatórios, lembrando que também defendeu essa pauta em legislaturas anteriores, juntamente com a então vereadora Rafaela Gonçalves, autora de proposição semelhante. O Vereador Paulo Robson reafirmou seu posicionamento já exposto em discussão anterior, destacando que suas decisões não serão pautadas por interesses político-partidários, mas sim por convicções pessoais e compromisso com a população. Relatou que, desde o início de seu mandato, optou por não utilizar o título de “professor” em seu nome parlamentar, não por desmerecimento à profissão, mas para evitar que sua atuação fosse limitada apenas à pauta da educação. Reconheceu o mérito do projeto de indicação apresentado, considerando-o louvável por oferecer aos jovens oportunidades complementares de estudo, no entanto, apontou algumas limitações e questionamentos quanto à viabilidade da proposta. Ressaltou que, por se tratar de uma matéria voltada ao público do ensino médio — cuja responsabilidade é da esfera estadual —, o município poderia enfrentar dificuldades para sua execução direta. Mencionou ainda que, atualmente, os alunos do ensino médio já frequentam a escola em regime integral, o que dificultaria a oferta de cursinhos em turno oposto por longas horas. Questionou também a previsão de contratação de corpo docente especializado, uma vez que os profissionais da rede municipal atuam, em sua maioria, no ensino fundamental. Apontou ainda inconsistências na carga horária proposta no projeto. Apesar das ponderações, declarou que votaria favoravelmente à indicação, por considerar válida a proposta de ampliação do acesso ao conhecimento, ainda que o Executivo não a execute nos termos exatos propostos. Nessa linha, o Presidente Deza lembrou que, em se tratando de projetos de indicação, cabe ao Poder Executivo avaliar a possibilidade de acatar ou não a sugestão apresentada pelo Legislativo. O Vereador Professor Nonato registrou que a colega proponente da matéria não o surpreende, pois reconhece sua capacidade e compromisso com a educação. Manifestou apoio ao projeto, reforçando a explicação do Presidente de que cabe à Prefeitura analisar a viabilidade da proposição e, caso considere adequada, enviar projeto de lei com os ajustes legais necessários para o município. Acrescentou que a proposta é viável, citando exemplos de outras localidades como Juazeiro do Norte e Fortaleza, onde já existem iniciativas semelhantes. Ressaltou que a ideia é que Altaneira também possa se adequar a essa realidade e que aspectos como a carga horária devem ser definidos posteriormente, no processo de estruturação da política pública. Sugeriu que o projeto pode inclusive ser viabilizado por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, mediante autorização legislativa para remanejamento orçamentário. Por fim, elogiou a proposta e se colocou à disposição para colaborar, inclusive oferecendo, de forma voluntária e dentro de sua disponibilidade, seu tempo como professor de História para ministrar aulas, caso o município venha a implementar a iniciativa. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 5: Requerimento nº 073/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando ao Secretário de Administração e Finanças cópia de documentos e informações acerca do fechamento da Agência do Bradesco. Após a leitura da matéria, Vereador Júnior, autor do requerimento, defendeu a matéria alegando tratar-se de um tema de extrema urgência e relevância. Criticou a conduta do Banco Bradesco, instituição contratada pela Prefeitura para gerir a folha de pagamento do município, afirmando ser inaceitável a ausência de estrutura física da referida agência no município, mesmo com o repasse regular de recursos por parte da gestão. Reforçou que a Prefeita deve se posicionar firmemente contra essa situação e cobrar providências. Caso a instituição financeira, por ser privada, não tenha interesse em manter agência no município, sugeriu que esta abra mão da responsabilidade sobre a folha de pagamento. O vereador lamentou que Altaneira, assim como o Estado, esteja “refém” do Bradesco, e destacou o impacto negativo sobre aposentados, idosos e servidores da zona rural, que muitas vezes não possuem acesso à internet nem transporte para se deslocar a outras cidades — como Santana do Cariri — em busca de atendimento bancário. Classificou essa situação como retrocesso e cobrou



posicionamento mais firme da gestão municipal. Encerrando, relatou que esteve pessoalmente na agência e constatou seu fechamento, sem qualquer comunicado público da administração ou articulação junto ao banco, e afirmou que só houve uma explicação por parte da Prefeita após questionamentos durante audiência pública. Durante a discussão da matéria, o Vereador Valmir Brasil relembrou que, quando a agência do banco foi instalada no município, houve grande celebração, e que, diante do encerramento de suas atividades, a saída da instituição também mereceria ser comemorada, ainda que em tom crítico. Afirmou que a gestão municipal não pode ser a única responsabilizada pela situação, pois o Legislativo também pode e deve prestar esclarecimentos à população. Sugeriu que a Câmara envie requerimento diretamente à agência bancária, solicitando que um representante do banco compareça à Casa para explicar oficialmente os motivos do fechamento. O Vereador Paulo Robson afirmou que o requerimento solicitando informações será aprovado, mesmo que trate de questões já abordadas pela Prefeita em audiência pública. Reforçou sua concordância com o ponto abordado pelo vereador Valmir Brasil, assim como com as preocupações levantadas pelos demais parlamentares, especialmente quanto aos prejuízos causados à população pelo encerramento das atividades do ponto de atendimento do Banco Bradesco no município. Ressaltou os impactos negativos para aposentados, pessoas com dificuldades no uso de tecnologias digitais e comerciantes, que agora precisarão se deslocar a outros municípios para resolver questões bancárias, podendo, assim, deixar de consumir no comércio local. Relatou ter sido procurado por usuários e comerciantes preocupados com a situação e que buscou esclarecimentos com gerentes do banco, e foi informado de que a decisão de encerramento foi tomada pela instituição no ano passado, com base em critérios financeiros, e que não havia possibilidade de reversão. Informou que também buscou diálogo com a Prefeita, que confirmou ter sido comunicada sobre o fechamento ainda no início de sua gestão, ressaltando que se trata de uma decisão interna do banco. Diante disso, defendeu que a responsabilidade recai sobre a instituição bancária e que não se deve politizar a questão atribuindo culpa à gestão municipal. A Vereadora Professora Ana Maria parabenizou o requerente, afirmando que a causa também é sua, recordando que na sessão anterior já havia levantado o questionamento oralmente. Destacou que a população, especialmente a mais carente, é a mais prejudicada com a situação, e que é necessário buscar respostas e soluções em união. Em aparte, o Vereador Júnior do Povo afirmou que, se não fossem as indagações feitas durante a audiência pública sobre o fechamento, a Prefeita teria se manifestado. Acrescentou que, caso o banco não queira continuar prestando serviço ao município, deve-se buscar outra instituição que o faça. O Vereador Professor Nonato felicitou o autor da propositura e declarou seu apoio à mesma. Manifestou compreensão quanto à preocupação apresentada e ressaltou a necessidade de a Câmara e a Prefeitura promoverem uma audiência com a instituição Bradesco, a fim de buscar o melhor caminho para solucionar o problema. Destacou que, embora se trate de uma instituição privada que presta serviço ao município, não se deve atribuir culpa à Prefeita. Contudo, afirmou que, após a saída da instituição, cabe à administração buscar outra instituição que atenda adequadamente a população, negociando a folha de pagamento com nova entidade. Logo, de acordo com o parlamentar, a responsabilidade sobre a solução recairá sobre a gestão após a saída do banco. O Presidente relembrou que nunca votou contra matérias que tratam de pedidos de informação, e afirmou que não será diferente nesta ocasião. Manifestou concordância com as falas do vereador Professor Nonato quanto à necessidade de buscar uma instituição financeira que melhor atenda à população, ainda que não saiba se a sugestão funcionará, uma vez que a situação já ocorreu com outro banco. Ressaltou que não atribui responsabilidade à gestora municipal pela situação, pois trata-se de uma decisão tomada pela própria entidade bancária. Acrescentou que tal decisão não foi exclusiva para o município de Altaneira, tendo ocorrido também em outras localidades, reafirmando que a decisão da instituição foi tomada em instância superior, não cabendo a gerentes ou prefeitos revertê-la. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar.



o Presidente Professor Deza Soares, agradeceu a participação de todos os presentes, ouvintes e assessoria interna, e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 2 de junho de 2025.

Paulo Roberto Lit. de Oliveira

Deza Soares

Deza Soares

Deza Soares

Deza Soares

Deza Soares

Deza Soares